

O LUGAR DISCURSIVO DA FORMAÇÃO: A TRADIÇÃO ENSAÍSTICA BRASILEIRA E A IMAGINAÇÃO PÚBLICA

The discursive place of *formação*: the Brazilian essayistic tradition and the public imagination

El lugar discursivo de la *formação*: la tradición ensayística brasileña y la imaginación pública

ALFREDO CESAR MELO^{i*}

<http://doi.org/10.1590/S2178-149420250608>

ⁱ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

* Alfredo Cesar Melo é professor associado de Literatura Brasileira na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. É um dos coordenadores do Kaliban - Centro de Pesquisa em Estudos Pós-Coloniais e Literatura Mundial (<https://www2.iel.unicamp.br/kaliban/>). E-mail: alfmelo@unicamp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7038-5749>

Artigo recebido em 19 de abril de 2025 e aprovado para publicação em 23 de setembro de 2025.
Editora responsável: Juliana Marques.

RESUMO

Este artigo investiga as articulações entre a ideia de formação e o ensaio histórico como gênero público, entendendo o pensamento brasileiro como um ecossistema linguístico-antropológico. Defende-se, em primeiro lugar, que a formação constitui uma linguagem política própria de nações pós-coloniais que se percebem como inacabadas. Em segundo lugar, mostra-se que essa linguagem encontra sua expressão mais elaborada nos ensaios históricos do final do século XIX à primeira metade do XX, que interpelam cidadãos-leitores sobre dilemas e potencialidades do país.

PALAVRAS-CHAVE: Formação, Ensaio, Gênero público, Pensamento social brasileiro.

ABSTRACT

This article investigates the relationship between *formação* and the historical essay as a public genre, presenting Brazilian thought as a linguistic-anthropological ecosystem. It argues that *formação* functions as a political language of postcolonial nations that consider themselves unfinished, and that its most elaborate expression can be found in the historical essays from the late nineteenth to the mid-twentieth century, which engaged citizen-readers with Brazil's dilemmas and potentialities.

KEYWORDS: *Formação*, Essay, Public genre, Brazilian social thought.

RESUMEN

Este artículo analiza las articulaciones entre la idea de formación y el ensayo histórico como género público al considerar el pensamiento brasileño como un ecosistema lingüístico-antropológico. En primer lugar, defiende que la formación constituye un lenguaje político propio de las naciones poscoloniales que se perciben a sí mismas como inacabadas. En segundo lugar, muestra que este lenguaje encuentra su expresión más elaborada en los ensayos históricos de finales del siglo XIX y de la primera mitad del XX, que cuestionan a los ciudadanos lectores sobre los dilemas y potencialidades del país.

PALABRAS CLAVE: *Formação*, Ensaio, Gênero público, Pensamento social brasileiro.

A obsessão do letrado brasileiro em decifrar o sentido histórico da nação e projetar caminhos para o país tem sido objeto da chamada história do pensamento social brasileiro, centrada em textos ensaísticos sobre a formação ou a interpretação do Brasil. Este artigo procura esclarecer os nexos entre a ideia de formação e o ensaio histórico como gênero público (e frequentemente o principal veículo formal do debate em torno da formação), propondo ler o pensamento social como um ecossistema linguístico-antropológico.

O termo “formação” foi mobilizado ao longo do século XX para mediar tensões entre a busca por autonomia nacional e o desejo de pertencer ao Ocidente. Trata-se de uma linguagem inseparável da sociabilidade de uma nação pós-colonial que se percebe como incompleta, situada na periferia do capitalismo e em constante deslocamento diante do centro europeu. Essa abordagem permite apreender a formação a partir da imanência de seus usos, sem cair no nacionalismo metodológico (Wimmer; Schiller, 2002). No Brasil, imaginar a formação sempre significou negociar o lugar do país no mundo: em alguns casos, isso resulta na valorização das características nacionais e na rejeição dos ideais atribuídos à modernidade; em outros, no movimento inverso, que enaltece os valores modernos em detrimento das especificidades nacionais, vistas como atrasadas e motivo de vergonha. Como mostra Elías Palti (2024), a linguagem política é semanticamente indeterminada: tanto o ufanismo quanto o complexo de vira-lata são dizíveis por meio do léxico da formação.

Essa linguagem permeia as mais variadas práticas cotidianas, mas encontrou nos ensaios históricos do final do século XIX à primeira metade do XX suas expressões mais influentes e bem elaboradas. Voltados a um público amplo, esses textos buscavam persuadir cidadãos-leitores sobre o significado da experiência histórica, articulando ciência e retórica para moldar a imaginação nacional. A análise dessa linguagem deve superar qualquer “armadilha representacional”: mais do que juízos acurados sobre a realidade brasileira, importa entendê-los como práticas discursivas que atuam no horizonte ideológico do país, gerando crenças e, assim, fundamentando ações políticas e sociais.

A GRAMÁTICA DA FORMAÇÃO

Talvez não haja conceito mais celebrado e empregado no pensamento social brasileiro do que o de formação. Os letrados do país parecem ter uma obsessão com o termo. Está no título e subtítulo de tantos ensaios de interpretação do Brasil: *Formação da família brasileira sob o regime da Economia Patriarcal*, que é o subtítulo de *Casa-grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Formação do Brasil contemporâneo* (1941), de Caio Prado Júnior; *Formação do patronato político brasileiro*, subtítulo de *Os donos do poder* (1958), de Raymundo Faoro;

Formação econômica do Brasil, de Celso Furtado, e, por fim, *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, ambos de 1959. Isso sem falar de livros como *Raízes de Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e *O conceito de civilização brasileira* (1936), de Afonso Arinos, que circulam no mesmo campo discursivo dos ensaios sobre a formação.

A lista de nomes luminares do pensamento brasileiro que escreveram sobre a formação poderia sugerir um recorte erudito para o assunto, como se o debate em torno da formação do país – o que essa comunidade imaginada do “Brasil” é e deveria ser – se restringisse à elite intelectual brasileira, movimentando-se em circuito fechado. Para compreender conceitualmente a formação, faz-se necessária uma investigação que leve em conta o termo como um signo cujos variados significados só podem ser devidamente apreendidos quando analisamos os seus diferentes usos na vida intelectual e política do Brasil. É importante destacar que o campo discursivo da formação (o espaço intertextual em que a formação é imaginada e proposta de distintos modos, por múltiplos atores sociais) ocupa a zona fronteira entre a política e a inteligência nacional. Seria um equívoco completo supor que a discussão em torno da formação acontece apenas no ambiente acadêmico, a cargo de disciplinas específicas das ciências sociais e das humanidades. A bem da verdade, o debate político centrado na formação não apenas antecede qualquer esforço investigativo específico de uma disciplina do saber, assim como também estrutura o seu surgimento na pesquisa universitária. Pode-se dizer que a imaginação política brasileira está impregnada por tal discurso e que, mesmo de maneira diluída, os diversos modos de falar sobre a formação do país estão nos programas de governo e nas discussões político-eleitorais, assim como também impregnam o senso comum do brasileiro com as razões pelas quais, na visão de alguns, “o Brasil não deu certo”, ou com o elogio do país supostamente miscigenado e feliz, ou com as mais variadas receitas para resolver os problemas nacionais. Existem inúmeras maneiras de conversar sobre a formação na linguagem ordinária do cotidiano¹.

Quando conversamos e agimos tendo como horizonte aquilo que se denomina formação moderna do país, é preciso notar que estamos imersos em uma certa sociabilidade periférica. Os usos contextualizados do léxico formativo só ganham plena inteligibilidade à luz da situação lacunar (objetiva e subjetiva) inerente à periferia de um sistema mundial, em que as potências centrais dão o exemplo e apontam o caminho para os países supostamente retardatários (Lynch, 2013). Isso dito, a formação não é imaginada somente sob o signo da ausência (sempre a ser preenchida), mas também pode ser articulada pela afirmação de alguns aspectos da vida nacional, quase sempre tidos como pujantes ou com grande potencial de alcançar um suposto destino nacional mais justo e desenvolvido. Chamemos esses dois modos

de narrar os sentidos históricos da nação de discurso afirmativo da formação e discurso pedagógico da formação. O discurso afirmativo da formação centra-se na verificação de algo que já está formado e atua na sociedade brasileira, e que seria visto – na maioria das vezes – como característica positiva, digna de louvor e definidora da nacionalidade. O discurso pedagógico aponta as inúmeras lacunas que precisam ser preenchidas para que a nação seja efetivamente formada e faz o ensaísta assumir um papel de “pedagogo nacional”, isto é, de alguém que ensina à nação os caminhos que ela deve seguir. Diante das incompletudes da nação, torna-se necessário organizar todo um esforço reformista (ou revolucionário) e pedagógico que retifique os erros originários e coloque o país nos trilhos de seu alegado destino histórico².

Se pensarmos nas três interpretações clássicas do Brasil do século XX, canonizadas no prefácio de Antonio Candido à edição definitiva de *Raízes do Brasil*, veremos que as obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior diferem substancialmente na maneira como modulam os discursos afirmativos e pedagógicos: em *Casa-grande e senzala* (1933), o Brasil é narrado como um país culturalmente autônomo, pois já haveria um jeito do brasileiro de estar no mundo, impulsionado pelos antagonismos em equilíbrio da cultura gestada nos trópicos por portugueses, africanos e ameríndios; em *Raízes do Brasil* (1936), aquilo que é considerado já formado – o etos cordial – está longe de ser satisfatório para consolidar uma nação, mas também não pode ser descartado de todo, pois o país só conseguirá se formar a partir do desenvolvimento orgânico de uma certa sociabilidade que, mal ou bem, já está constituída como um ponto de partida; e, por fim, em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), a formação é uma virtualidade, figurada como um devir longínquo, tendo em vista que o país não superou as estruturas sociais e econômicas da colônia – um ajuntamento de povos e capitais empregados para satisfazer as necessidades do mercado metropolitano –, estando muito distante de atingir os padrões de uma sociedade nacionalmente organizada, isto é, guiada pelos seus próprios interesses.

Repassando os grandes clássicos da imaginação formativa, podemos observar que todo discurso em torno da formação do Brasil passa por algum tipo de combinação entre as facetas afirmativas e pedagógicas. Todo discurso sobre a formação se torna possível no hiato que separa aquilo que os brasileiros consideram ser um marcador essencial e positivo de seu povo e o que gostariam de ser num devir-desenvolvido da nação. Vendo de um outro ângulo, como aquele destacado por Otília e Paulo Arantes (1997), o conceito de formação apresenta, a um só tempo, dimensões descritivas e normativas. O conceito está embutido tanto nas constantes descrições da sociedade brasileira (o que o Brasil era) como nas discussões sobre os caminhos que o Brasil deveria tomar (o que o Brasil devia ser), sempre de acordo com os

valores civilizatórios do ensaísta do momento. As duas dimensões discursivas da formação são interligadas, pois a atividade (intelectual e política) que descreve o país, com suas potencialidades e mazelas, também prescreve os remédios para seus males. É o engajamento cívico-político, nacionalista na sua maior parte, que articula os dois polos dessa equação: a descrição e a norma, o diagnóstico e a prescrição, a incompletude e o desejo de preencher o suposto vazio com o conteúdo ideológico da preferência do ensaísta. O diagnóstico tanto pode ser impiedoso (negativo) quanto esperançoso (positivo). Já a prescrição pode apontar a demolição (parcial ou total) do que já foi construído, ou enaltecer, de modo a reforçar, os traços ou aspectos da vida social que já se encontram atuantes. Como se pode notar, as dimensões descritivas e normativas, sublinhadas por Otilia e Paulo Arantes (1997), e os discursos da formação como afirmação e como pedagogia muito se assemelham. O intuito de juntá-los nessa análise conceitual da formação não é o de adicionar jargões, mas reiterar os diferentes modos de dizer e pensar a formação – usando tal repertório metalinguístico como um objeto de comparação, no sentido wittgensteiniano da palavra, isto é: jogando luz sobre as conexões entre o léxico da formação e seus variados usos.

Vistas as condições de possibilidade do discurso da formação – construído em situação periférica que leva os letrados ora a emular o centro de poder, ora a afirmar as singularidades nacionais diante da padronização gerada pelos atos emulativos –, é possível dar alguns exemplos da pluralidade de usos da nossa *imaginação formativa* em tempos mais recentes. Para uma parte significativa dos atores sociais da comunidade nacional, a formação do país se constitui ainda como um desejo de transformação (um tornar-se algo que ainda não somos, um devir almejado ainda não alcançado). Tal transformação poderia ser avaliada por alguns critérios. Na linguagem da tecnocracia econômica, que hoje domina o debate público no Brasil, os critérios de um país bem formado passariam pela adoção de “boas práticas internacionais” nos campos da economia e das instituições políticas; por gestões que tivessem como meta de desempenho as médias de indicadores sociais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); por políticas públicas “baseadas em evidências” etc. Nas grandes narrativas sobre o país da segunda metade do século XX, a formação pode ser entendida ora como um processo social que teve sua construção interrompida (Furtado, 1992), ora como uma frágil ilusão de processo civilizatório, destruída facilmente pela modernização autoritária de 1964 (Arantes, 1994; Schwarz, 1999). De outro ângulo, ainda no âmbito da vida intelectual, a formação também pode ser compreendida de um modo mais sociologicamente pedestre (sem a grandiloquência associada aos “destinos nacionais”), como a acumulação

e o adensamento de sistemas culturais, tais como o literário (Candido, 1997; Fischer, 2021), o filosófico (Arantes, 1994), o das artes plásticas (Naves, 2011) etc. Apenas para resumir os usos da “formação” extraídos do exíguo quadro de exemplos: pode ser um horizonte político para fomentar reformas e mudanças sociais em uma agenda tecnocrática, um problema político-econômico insolúvel, ou uma agenda de pesquisa sociológica acerca da emergência de sistemas culturais relativamente coesos.

Isso dito, há quem sustente que a questão da formação, enquanto tema do horizonte político brasileiro, esteja superada. No entanto, até mesmo os diagnósticos de sua suposta exaustão partem de fundamentações e de usos do conceito bastante díspares entre si – o que apenas evidencia que o complexo linguístico-antropológico da formação permanece atuante e merece ser investigado nos seus próprios termos. Para Marcos Nobre (2012a), o paradigma da formação se esgotou porque o ciclo formativo não se concluiu em razão de mudanças no capitalismo mundial que deixaram países como o Brasil em uma espécie de defasagem tecnológica quase irreversível. Já para Silviano Santiago (2014), o paradigma da formação se exaure por um motivo oposto ao apontado por Nobre: a nação já teria se formado, e o passo seguinte seria pensar a inserção da “linguagem-Brasil” no mundo: “Cosmopolita, a nação está habilitada a tomar assento no plenário do planeta” (Santiago, 2014). É possível perceber que Nobre e Santiago fazem referência a processos muito distintos ao empregar a palavra “formação”. Nobre a utiliza como sinônimo de autonomia econômico-tecnológica nacional via industrialização, a partir dos parâmetros ideológicos do nacional-desenvolvimentismo, justificando a ausência de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda em seu texto por considerá-los anteriores ao pensamento nacional-desenvolvimentista (Nobre, 2012b: 17). Já Santiago mobiliza o conceito em chave cultural, em diálogo mais próximo com a obra clássica de Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, que por sua vez está mais conectada ao arcabouço das obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

A própria polissemia em torno da alegada exaustão do paradigma formativo – fundada em análises que ora apontam para o êxito, ora para o fracasso da formação brasileira – mostra como o campo discursivo em torno desse conceito central do pensamento nacional ainda se mantém aberto a disputas, modulações e apropriações diversas.

Tema central da imaginação brasileira – seja no âmbito das ciências sociais ou da esfera pública –, o debate em torno da formação ensejou um importante léxico para as conversas entre brasileiros que se interessam pelo passado como força estruturante da configuração social do país e pelas opções disponíveis para os destinos da nação. Boa parte dos argumentos em torno dos dilemas formativos do Brasil foi veiculada por textos que tinham como

destinatário final o cidadão-letrado, atuante em alguma medida na esfera pública. São textos, portanto, que constituem um gênero público.

A relevância de tal gênero textual na cultura brasileira é inversamente proporcional aos estudos dedicados a essa prática discursiva. E aqui cabe uma qualificação, que será mais desenvolvida adiante: é evidente que textos como *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (para apenas citar alguns poucos), são exaustivamente estudados em várias disciplinas por serem considerados “interpretações do Brasil”. Podem até ser investigados com a minúcia do *close reading* por sua *forma* ensaística. Estudar um texto como gênero público, como veremos a seguir, não é centrar-se no conteúdo proposicional (determinando se são verdadeiros ou falsos), nem se ater a uma arquitetura formal de cunho textualista e autocentrado da obra (o exame detalhado do interior de um clássico). Compreender um texto como um gênero público implica, entre outras coisas, mapear o raio da sua *ação* discursiva.

GÊNEROS PÚBLICOS: REVISITANDO ANTONIO CANDIDO E WANDERLEY GUILHERME

Para estudar como os gêneros públicos estruturam a discussão em torno da formação cultural, social e econômica do país, é necessário mapear dois pontos de partida, localizados em dois intelectuais pertencentes a tradições distintas do país: Antonio Candido e Wanderley Guilherme dos Santos. A partir de posições institucionais bastante distintas, tanto Candido como Wanderley Guilherme (raramente lidos juntos, por conta dos vícios disciplinares e das birras bairristas)³ dão contribuição importante para descrever o funcionamento de discursos endereçados ao público cidadão (*públicus*, pertencente ao povo, estado ou comunidade). Um autor vem da sociologia para consolidar a teoria literária na universidade, enquanto o outro sai da filosofia para fundar um dos principais centros de ciência política do Brasil. O movimento interdisciplinar parece favorecer a apreensão de textos que estão situados em um campo discursivo heterogêneo por princípio.

No sexto capítulo do primeiro volume de *Formação da literatura brasileira*, Antonio Candido se dedica ao estudo da “promoção das Luzes” em certos setores da América portuguesa que, fervilhando nas ideias iluministas, engajavam-se para se emanciparem da Metrópole portuguesa. O autor afirma que, em um “momento percorrido por semelhantes ideias e tendências”, a literatura “inflexo o curso, para tangenciar a vida nas suas preocupações concretas”. Em momentos assim, “a atividade puramente estética [...] esmorece” (Candido, 1997: 230). Sem espaço para uma escrita desinteressada, “os ideais

da Ilustração impeliram as energias para os gêneros públicos, suscitando oradores e jornalistas” (Candido, 1997: 230). Candido então passa a examinar a atuação de publicistas e oradores como Hipólito da Costa, Frei Caneca, Evaristo da Veiga. O raio de ação do gênero público seria a *pólis* – os cidadãos luso-brasileiros – e o seu principal assunto seria o debate sobre os destinos do Brasil como nação na iminência de se tornar independente. Chama a atenção o modo pouco ortodoxo de Antonio Candido escrever sua história literária: poderia se ater aos gêneros convencionais da literatura, mas dedica sua atenção às “preocupações concretas” dos letrados brasileiros. O que está em jogo nessa análise de Candido é a pressuposição de que a literatura não existe fora de um ecossistema político-cultural mais amplo, que varia de país para país. O crítico literário deve aderir às nervuras da vida cultural na sua imanência.

Em texto de 1950 sobre o panorama da cultura e da literatura brasileiras no século XX, escrito para estrangeiros e publicado no Brasil em seu livro *Literatura e sociedade* (1965), Antonio Candido destaca um outro período histórico (os anos 1930) que também estimulou a emergência de um tipo de gênero público: o ensaio histórico-sociológico. Tais ensaios, que se multiplicaram “nesse decênio de intensa pesquisa e interpretação do país”, constituíam, na visão de Candido “ (1967: 130), “o traço mais característico e original do nosso pensamento, talvez por combinar “a imaginação e a observação, a ciência e arte”. Ainda de acordo com Candido (1967: 124), o pensamento brasileiro havia achado um modo de se expressar “no terreno predileto e sincrético do ensaio não-especializado de assunto histórico-social”.

Em texto publicado na *Enciclopédia Delta-Larrouse*, em 1959, sobre a autonomização disciplinar da sociologia no Brasil, isto é, sobre o processo de transição entre “o ponto de vista sociológico e a ciência da sociologia” (Candido, 2006: 285), Antonio Candido observa que a percepção generalizada, “até os dias de hoje”, era de que o que boa parte das pessoas no Brasil chama de “sociologia” seria, na verdade, a “interpretação coerente do país no seu conjunto, para se apontarem remédios de ordem político-administrativas”, pouco importando “o cuidado da investigação ou o rigor da inferência” (Candido, 2006: 279). Esses gestos, de analisar os dilemas da nação e lhes propor soluções, correspondiam, ainda na visão de Candido (2006:279), “a um decisivo momento na tomada de consciência ideológica da nossa sociedade”. Antes da institucionalização disciplinar da sociologia, havia apenas a instrumentalização de um certo saber sociológico para compor os argumentos de diversos textos, que eram redigidos para entrar na arena pública com o intuito de defender um “ponto de vista” histórico-sociológico sobre algum aspecto da realidade brasileira que precisava ser defendido ou modificado. Em tais textos, subsistiam descrições do país e prescrições para

mudanças sociais, feitas de maneiras mais ou menos explícitas, com maior ou menor talento argumentativo.

É intrigante constatar que esses três textos de Antonio Candido (um publicado em 1950, os outros dois em 1959), tão fecundos em suas caracterizações do gênero público, não tenham ganhado linhas de continuidade mais destacadas na história do pensamento brasileiro. As observações argutas de Antonio Candido, no entanto, são excelentes pontos de partida: a) o ecossistema político-cultural do país é propício para o surgimento de um discurso público que se valha do “consórcio entre a ciência e arte” (para usarmos a expressão de Euclides da Cunha) e que, longe de ser um evento singular na história cultural, apresenta um certo padrão de recorrência, já que o próprio Candido destaca dois momentos pujantes do gênero (“nossa *Aufklärung*” no século XVIII e o ensaísmo de 1930); b) o ensaísmo do século XX é primordialmente destinado ao público de letrados-cidadãos, em uma época sem especializações acadêmicas, usando as disciplinas do conhecimento de modo instrumental para construir argumentos sobre dilemas formativos do país – que poderiam ter uma ênfase mais política, antropológica, sociológica ou histórica –, com a finalidade de convencer corações e mentes acerca de algum aspecto da sociabilidade brasileira a ser combatido, reformado, realçado, celebrado ou apoiado, além de formular algum conjunto de medidas que deveriam ser tomadas para remediar as chagas nacionais.

A “sociologia como ponto de vista” é uma caracterização muito pertinente da ação discursiva efetuada pelo gênero público do ensaísmo (“sociologia” poderia ser usada de modo intercambiável por qualquer outra disciplina das ciências humanas e sociais). É bastante compreensível que Antonio Candido elabore a expressão, afinal trata-se de um “homem-ponte” entre o ensaio, que tanto aprecia, e a sociologia, concebida como ciência objetiva, com padrões rigorosos de produção de conhecimento. No momento em que cunha a expressão “sociologia como ponto de vista”, Candido percebe esse modo instrumental e pragmático de articular o conhecimento sociológico como algo a ser eventualmente superado pela ciência sociológica moderna.

No prefácio escrito em 1963 para a 4ª edição de *Raízes do Brasil*, publicada pela Coleção Biblioteca Básica Brasileira da Universidade de Brasília, Antonio Candido chama a atenção para o quão bem-sucedidos haviam sido os “pontos de vista” criados por Sérgio Buarque de Holanda, a tal ponto que receberam “a glória de se transformarem em conceitos de toda a gente” (Candido, 2016b: 351). No prefácio célebre que redigiu para a 5ª edição, em 1969, referindo-se aos três grandes ensaístas que impactaram sua geração – Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior –, Antonio Candido afirma

que “[para nós], os três autores citados foram trazendo elementos de uma visão do Brasil que parecia adequar-se ao nosso ponto de vista” (Candido, 2016a: 355). Candido associa constantemente o ensaio ao campo semântico da ótica. Com seus pontos de vista, o ensaio constrói visões do Brasil, diferenciando-se da ciência, que busca ir além da camada visível das coisas. Contudo, ele reconhece que a visão do Brasil gerada por esses pontos de vista pode influenciar o comportamento das pessoas e transformar-se em conceitos amplamente aceitos, usados no dia a dia, como exemplificaria o sucesso das ideias de Sérgio Buarque de Holanda.

Ao longo dos anos esse gênero público foi sequestrado pelas disciplinas das ciências sociais e historiográficas, passando a existir ora como os clássicos de tais disciplinas, ora como parte de uma pré-história das ciências sociais profissionais a ser devidamente superada. Pensemos em duas figuras emblemáticas em um momento decisivo da modernização disciplinar das ciências sociais: Florestan Fernandes e Alberto Guerreiro Ramos⁴. Se o sociólogo da Universidade de São Paulo (USP) tendia a ver tais textos como pertencentes a uma forma estatal de vida intelectual, repletos de impressionismo senhorial e generalizações indevidas, Guerreiro Ramos, associado ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), enxergava essa tradição ensaística como importante ponto de partida e da qual muitas vezes se sentia herdeiro. Chega a dizer que a finalidade com que escreve seu livro *O problema nacional brasileiro* é muito semelhante àquela de Alberto Torres (Ramos, 1960: 14): “utilizar a ciência social como instrumento de organização da sociedade brasileira”, em franco contraste com o desejo uspiano de construir uma ciência autônoma, estritamente universitária, sem ligações com o ensaísmo supostamente impressionista do passado. Apesar de modos diferentes de lidar com a tradição ensaística – vista como um rol de clássicos a ser apropriado, da parte de Guerreiro Ramos, e um conjunto heterogêneo de formulações pré-científicas a ser superado, da parte de Florestan –, tais textos passaram a ficar sistematicamente circunscritos à lógica disciplinar das ciências sociais. Esse modo de ler o ensaísmo ajudou a construir as diferentes lógicas disciplinares no Brasil, mas certamente não faz justiça ao amplo papel que esses textos exercem no quadro geral da cultura brasileira. A proposta deste trabalho é exatamente compreender o ensaísmo histórico-social como um gênero público, isto é, um texto produzido para ser lido e comentado não apenas por um grupo de especialistas ultraengajados na construção de uma identidade profissional, mas por uma comunidade de cidadãos letrados, que certamente eram preocupados e até obcecados com algumas questões em comum a respeito da viabilidade civilizacional do país em que vivem. O ensaio seria um tipo de discurso público que organiza a discussão em torno do que é o país e do que ele deveria ser⁵.

Por sua vez, Wanderley Guilherme dos Santos usa o termo “imaginação política brasileira”, em texto de 1967, para designar “produtos culturais do passado”, isto é, anteriores ao processo de autonomização das ciências sociais no Brasil, sem atrelá-los à pecha de “ideólogos” e praticantes de um discurso pré-científico. Wanderley Guilherme se esforça para descrever tais produtos culturais de um modo que não recaiam em esquemas teleológicos de superação de outros conhecimentos existentes do mundo por parte da ciência social. Em artigo de 1973, “Raízes da imaginação política brasileira”, inspirado no clássico *Sociological Imagination*, de Wright Mills, Wanderley Guilherme descreve com minúcia as atividades dos artífices dessa poderosa imaginação:

imaginação política refere-se ao tipo de avaliações políticas que alguns homens de percepção educada, comprometidos com o público de uma forma ou de outra, são compelidos a fazer. Não dispondo de tempo e/ou habilidade para desenvolver pesquisa cuidadosa, esses analistas são obrigados a mobilizar todas as informações disponíveis a fim de oferecer uma explicação racional dos acontecimentos para suas audiências (Santos, 2017: 84).

Chama a atenção o modo como Wanderley Guilherme destaca o comprometimento que tais “homens de percepção educada” demonstram ter com o público, apesar de não disporem de tempo ou habilidade para uma pesquisa mais cuidadosa. Os analistas escrevem para um público maior, sem os protocolos de uma investigação profissional, sequer imagináveis no horizonte em que operam como escritores. Seus textos sondariam os vínculos do presente com o passado, além de oferecerem prognósticos para o futuro. E o resultado das análises dependiam muito da perícia pessoal do intelectual, “isto é, a maior ou menor habilidade na manipulação do esquema básico e das informações disponíveis (Santos, 2017: 93). Esses escritos formariam um “laboratório da imaginação”, produzindo representações da história brasileira capazes de “moldar as crenças políticas públicas no Brasil” (Santos, 2017: 97). Não se trata, portanto, de apenas representar com maior ou menor precisão a história ou sociedade nos seus escritos, mas também de criar crenças e, assim, contribuir para moldar a realidade. Note-se, mais uma vez, a ênfase muito maior na ação discursiva do que na dimensão representacional do texto.

Para Wanderley Guilherme, o legado cultural de tal laboratório da imaginação “talvez tenha nenhuma contribuição a oferecer às ciências sociais”, tão obcecada pelo valor cognitivo das obras, mas certamente considerava relevante o que tais textos eram capazes de produzir para balizar a autoimaginação dos próprios agentes políticos e do público letrado em geral. Em um momento de autonomização das ciências sociais, Wanderley Guilherme atentava

para a existência desse duplo circuito: um discurso considerado irrelevante para as ciências sociais pode ser avaliado como pertinente para vários atores sociais na inteligibilidade que davam para as suas ações.

A crítica que Wanderley Guilherme faz à compreensão anacrônica da tradição ensaística brasileira é notável, sobretudo por ser um gesto difícil de realizar em um campo emergente do conhecimento científico que, para valorizar seus métodos profissionais e modernos, acabava desprezando o suposto amadorismo e precariedade dos diletantes letrados do século XIX e início do século XX. Recuperar “um passado ensaístico de elevado valor intelectual” (Santos, 2011:8) era uma tarefa que encontrava inúmeros obstáculos intelectuais na época em que Wanderley Guilherme construía a genealogia da imaginação política brasileira.

Na Cambridge do final de 1960, Quentin Skinner insurgia contra o anacronismo dos clássicos vistos como perenes (Skinner, 2002). Em época semelhante, mas imerso em uma dinâmica intelectual radicalmente distinta, Wanderley Guilherme se posiciona contra o anacronismo dos clássicos rebaixados pela perspectiva impiedosa das ciências sociais em vias de institucionalização. Em Cambridge, o problema que se apresentava para o avanço da história intelectual era ler os textos como ideias atemporais. No Rio (via Palo Alto), o desafio era outro: não jogar fora os textos antigos como se fossem perecíveis e mofados. O cotejo entre Quentin Skinner, nome paradigmático da história intelectual do século XX, e Wanderley Guilherme, figura central da história do pensamento político-social no Brasil, é válido porque mostra que os impasses para se fazer história intelectual eram diversos nessas diferentes coordenadas globais. A história intelectual global deve ser contada na sua dinâmica desigual e combinada.

A negação do duplo circuito se encontra até mesmo nos mais percutientes especialistas em teoria política do Brasil, como podemos verificar no comentário de Renato Lessa (2011: 18), para quem os textos da tradição ensaísticas brasileira já não trariam explicações sobre o país.

No limite, não se trata mais de ler os “intérpretes do Brasil”, para neles buscar explicações a respeito do que é o país. Com frequência, o caminho é o inverso: são eles é que exigem ser explicados, agora como objetos de uma história intelectual. Os “intérpretes” reemergem como assunto de história das ideias e não mais frequentam o núcleo da explicação a respeito do que é e deve ser o país.

A exortação de Lessa é muito clara: os intérpretes precisariam ser explicados como objetos da história das ideias ao mesmo tempo em que não mais comporiam o “núcleo da

explicação” a respeito dos dilemas formativos do país. A passagem acima é uma boa evidência do quanto cientistas sociais atribuem ao público em geral determinados padrões de leitura que são apenas do círculo dos profissionais especializados em ciências sociais⁶. Não há qualquer evidência para dizer que os “intérpretes do Brasil” são lidos como “objeto de história das ideias” fora do âmbito restrito dos especialistas. Afinal, as listas de “obras que devem ser lidas para entender o Brasil” pululam nas redes sociais e na imprensa. O problema parece ser até o contrário do que sugere Renato Lessa: o de leitores não especializados que leem tais “intérpretes” como se tais obras oferecessem uma visualização quase transparente da realidade brasileira e seus problemas. Seria também um equívoco afirmar que os intérpretes não “frequentam mais o núcleo da explicação do que é e o que deveria ser do país”, como sugere Lessa. Para acreditar nisso seria preciso embarcar em uma fantasia positivista de que a explicação “do que é e do que deveria ser” um país se baseasse tão somente em uma dimensão cognitiva produzida pela ciência institucional atualíssima e de ponta, como se as ciências sociais fossem um espelho que capturasse a vida social, em suas nuances, detalhes, informações e dados estatístico, o mais próximo possível de como ela é, e transmitisse para os cidadãos qual é a realidade atual do Brasil. Seria pressupor uma explicação daquilo que o Brasil era (ou deveria ser) que desconsiderasse aspectos centrais do discurso público, como os valores sociopolíticos, as crenças e os apelos à imaginação tais como estão sedimentados no léxico e no estoque imagético mobilizados para explicar o Brasil. Ainda que não ofereçam cognição atualizada e “mais exata” do país, esses ensaios são capazes de inscrever valores sobre as narrativas acerca da nação (que deveríamos ser) e nos levar a vislumbrar certas sociabilidades entre os brasileiros que ainda ressoam profundamente no imaginário do país, além de legarem um certo vocabulário e um repertório de imagens e metáforas que ainda são amplamente utilizados para apresentar argumentos na esfera pública. Comentários como o de Renato Lessa transmitem a errônea impressão de que a leitura e compreensão das chamadas “interpretações do Brasil” só percorrem o circuito cognitivo das ciências sociais. Compreender o ensaio de cunho histórico-sociológico como gênero público é levar em conta que esse tipo de texto transita pelas duas pistas (a especializada e a pública), tendo rendimentos distintos exatamente porque perfaz tarefas muito diferentes em cada registro apontado.

Nos escritos finais de Ludwig Wittgenstein, reunidos sob o título *Sobre a certeza*, o filósofo explora a natureza mutável e contingente das proposições em determinados jogos de linguagem. Wittgenstein (2023: 52) afirma que uma mesma proposição pode, por vezes, ser verificada pela experiência, enquanto em outras ocasiões ela funciona como uma regra para a verificação. Em outras palavras, em certos momentos um esquema conceitual pode ser testado

por diferentes e concorrentes abordagens; já em outros, esse mesmo esquema opera como fundamento inquestionável para o desenvolvimento de novas teses. Wittgenstein chama tais proposições de “proposição-dobradiça”, pois elas se referiam ao que já está “firmamente estabelecido”, “subtraído à dúvida”, uma dobradiça em torno da qual outras discussões podem girar (Wittgenstein, 2023: 216).

Consideremos a tese de Caio Prado Júnior sobre o sentido da colonização, segundo a qual o eixo central da história brasileira reside no fato de o país ter sido moldado para atender a demandas externas, especialmente do mercado internacional, a partir de uma economia latifundiária, escravista e agroexportadora. Tal configuração, segundo Prado Júnior, dificultava a ruptura com o status colonial e a transição para uma nação autônoma. Contudo, essa tese foi questionada por historiadores como João Fragoso e Manolo Florentino, que a submeteram à luz de novas evidências históricas (Fragoso; Florentino, 2001), originando um debate de grande relevância no campo da história que colocava o mercado interno como um dos centros da economia colonial. Por outro lado, essa mesma tese serve como pedra angular para outras análises, como a realizada por Roberto Schwarz em seu célebre artigo “As ideias fora do lugar”. Schwarz busca explorar as implicações culturais e literárias dessa dissociação entre o imaginário de um país independente e sua realidade enraizada em uma estrutura colonial de *plantation*. No Brasil, as ideias liberais pareciam deslocadas, circulando em uma sociedade ainda profundamente marcada por relações sociais escravistas e coloniais (Schwarz, 2000).

Retornando à lógica de Wittgenstein, a tese de Caio Prado Júnior é, ao mesmo tempo, uma proposição passível de ser verificada e contestada pela historiografia (como fizeram os historiadores João Fragoso e Manolo Florentino), mas também um alicerce inquestionável – uma dobradiça – para outras investigações e modos de imaginar o país (no caso de “As ideias fora do lugar”, de Roberto Schwarz). Esse mesmo raciocínio pode ser aplicado ao discurso da democracia racial – já superado em muitos aspectos pelas ciências sociais, mas ainda profundamente arraigado no imaginário coletivo brasileiro. Qualquer tentativa de compreender o ensaio como gênero público – ou seja, como uma forma textual que ajuda a modelar a autoimagem de um povo – deve considerar a natureza flexível e contingente das proposições contidas nesses ensaios, as quais podem ser facilmente refutadas em certos círculos discursivos, mas se mostrarem incrivelmente persistentes e ativas em outros.

A circulação das obras em duas pistas era algo notado e destacado por muitos intelectuais que escreviam tais ensaios. No seu livro de estreia, *Evolução política do Brasil* (1933), Caio Prado Júnior justifica a escolha de escrever um ensaio-síntese da história política do Brasil, uma vez que escrever um livro de escopo mais amplo, como uma História Geral do

Brasil, “só teria possibilidade de interessar [a] um reduzido número de leitores. Seria por natureza uma obra longa e afugentaria qualquer um que não tivesse pendores particulares pelos estudos históricos” (Prado Júnior, 2012: 10). Foi sua intenção escrever um livro “ao alcance de todo mundo” (Prado Júnior, 2012: 10). Escrevendo em um período de efervescência política e consolidação profissional dos economistas, Celso Furtado também se mostra ciente do duplo circuito, que já mudava, como se pode notar no prefácio de *Formação econômica do Brasil* (1959), quando diz que sua obra, “embora dirigindo-se a um público mais amplo, o autor [quando a escreveu] teve, de modo especial, em mente,[...], os estudantes de ciências sociais, das faculdades de economia e filosofia em particular” (Furtado, 1967: 1). Apesar de o eixo começar a se deslocar para um público mais especializado de estudiosos, a mira continua também no público geral, capaz de engendrar um debate político mais amplo sobre os problemas do desenvolvimento nacional. Na Introdução de *Formação da literatura brasileira* (1959), há uma nota de rodapé também bastante reveladora do diálogo de Antonio Candido com mais de um tipo de público: “A leitura desta Introdução é dispensável a quem não se interesse por questões de orientação crítica, podendo o livro ser abordado diretamente pelo Capítulo I” (Candido, 1997: 23). Antonio Candido é um intelectual-chave para entender a modernização da crítica literária no Brasil, produzindo um debate teórico extremamente rico e inovador para apreender as relações entre literatura e sociedade, mas sua ambição com a *Formação da literatura brasileira* era também alcançar um leitor que se interessasse pela literatura brasileira como leitor-cidadão, e não necessariamente engajado em questões teóricas de literatura (foco principal da introdução do livro), que só diziam respeito aos críticos literários, em fase de especialização universitária. Pressupor essa dupla circulação é fundamental para entender o que tais textos fazem e como vão além dos limites disciplinares.

À GUIA DA CONCLUSÃO

Este trabalho não propõe uma teoria do ensaísmo brasileiro; antes, procura compreendê-lo como prática letrada voltada à intervenção nos debates públicos sobre o passado e o destino do país. É preciso cautela diante de reivindicações teóricas: a teoria do ensaio elaborada por Adorno (1986), frequentemente tomada como referência, não deve ser lida como prescrição universal, pois respondia a um contexto alemão específico, no qual o ensaio literário-filosófico funcionava como antissistemática lufada de ar em meio à cumplicidade entre ciência e sociedade capitalista. Seu prestígio decorre menos de uma suposta universalidade e mais do peso cultural europeu que confere autoridade filosófica ao autor (cf. Chakrabarty, 2000).

No Brasil, o ensaio assumiu sobretudo feição histórico-sociológica. Embora marcados pelo inacabamento e pela heterogeneidade – seja nas diferenças de estilo, nos aportes teóricos, nos vocabulários políticos ou nos capitais simbólicos –, esses textos desempenharam funções semelhantes na vida intelectual: provocar reflexão, disputar o mercado de opiniões, interrogar a experiência histórica e projetar futuros possíveis. Nesse sentido, convém lembrar a advertência de André Botelho (2010): os ensaios não comportam uma definição estrita, nem podem ser tratados como um conjunto coerente e estável. Ainda assim, a despeito de suas diferenças, eles compartilham funções pragmáticas que permitem reconhecê-los como parte de uma mesma tradição discursiva.

É justamente nesse ponto que a abordagem wittgensteiniana revela sua fecundidade. Em vez de buscar propriedades intrínsecas que definam o ensaio, trata-se de reconhecê-lo por meio de “semelhanças de família” (Wittgenstein, 2022), isto é, uma rede de aproximações que se sobrepõem sem anular as diferenças. Essa perspectiva responde às ressalvas nominalistas de André Botelho sem incorrer na tentação da teorização universalista, abrindo caminho para compreender o ensaio brasileiro como prática situada, inteligível pelo modo como opera no espaço público e na vida social de uma comunidade letrada, em vez de reduzi-lo a arquiteturas textuais normativas.

Conflitos de interesse: Não há.

Fonte de financiamento: Não declarado pelo autor.

Contribuição dos autores: Não se aplica

Disponibilidade de dados: Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

NOTAS

1 Renato Ortiz chama atenção para “um banco de dados, um estoque de representações simbólicas” (Ortiz, 2013: 633) sobre a nação que é constantemente acionado na construção das conversas sobre o país.

2 Inspirados em Chakrabarty (2002), mobilizamos duas dimensões: política como performance – todos agem politicamente, mesmo iletrados – e política como pedagogia – pessoas tornam-se políticas ao se educarem.

3 Christian Lynch (2017) celebra Wanderley Guilherme por afastar o pensamento político da crítica socioliterária de Antonio Candido. Mas a questão não respondida é: o que se perde ao narrar a imaginação política dos brasileiros excluindo o ecossistema cultural? Não seria projetar retroativamente uma especialidade (história do pensamento político) inexistente à época?

4 A disputa entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos é muitas vezes lida como embate USP-ISEB (Ortiz, 1990; Vianna 1997). Mas, como ressalta Lynch (2017), apenas Guerreiro valorizava a linhagem intelectual brasileira do século XIX, distinção não compartilhada por outros isebianos.

5 Nas ciências sociais e humanidades, disciplinas como filosofia e história têm questionado a importância de acionar a dimensão pública de tais campos de saber, sem arrogância da cátedra, mas como parte de um debate mais amplo (Burawoy, 2005, Chakrabarty, 2008; Tully 2008). No Brasil, Marcos Nobre tem procurado refletir também sobre as intervenções públicas de um saber pós-universitário que precisa ocupar o debate, ainda que não conte com as mesmas condições de possibilidade dos ensaios dos anos 1930 (Nobre, 2014).

6 A história das ideias no Brasil compõe-se de múltiplos circuitos pouco intercomunicantes – história (Araújo, 2015; Nicolazzi, 2016), sociologia dos intelectuais (Alonso, 2005; Jackson, 2018; Miceli, 2001), pensamento político (Lynch, 2013; Santos, 2017), crítica literária (Candido, 1997; Fischer, 2021; Schwarz, 1999) e filosofia (Arantes; Arantes, 1997; Nobre, 2012a, 2012b) –, com destaque para a síntese carioca-paulista de Brandão (2007).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: COHN, G. (org.). *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1986. p. 167-187.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: A geração de 1870 e a crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

ARANTES, Paulo. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (Uma experiência nos anos 60)*. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

ARANTES, Paulo; ARANTES, Otília Beatriz. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 31, n.56, p. 365-400, 2015.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo social*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 47-66, 2010.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

- BURAWOY, Michael. For public sociology. *American Sociological Review*, v. 70, n.4, p. 4-28, 2005.
- CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a. p. 355-370.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil: edição crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b. p. 351-354.
- CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *Tempo social* 18.1: pp. 273-301, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional., 1967.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Museums in Late Democracies. *Humanities Research*, vol. 9, no. 1, p. 512, 2002.
- CHAKRABARTY, Dipesh. The public life of history: an argument out of India. *Public Culture*, v. 11, p. 169-190, 2008.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- FISCHER, Luiz Augusto. *Duas formações, uma história: das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio*. Porto Alegre: Arquipélago., 2021.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 2001.
- FURTADO, Celso. *A construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. O problema nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Saga., 1960.
- JACKSON, Luiz Carlos. *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- LESSA, Renato. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento político no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 82, p. 17-60, 2011.
- LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 4, p. 727-767, 2013.
- LYNCH, Christian. Wanderley Guilherme dos Santos, intérprete do pensamento nacional brasileiro. In: SANTOS, Wanderley Guilherme. *A imaginação política brasileira: cinco ensaios da história intelectual*. Rio de Janeiro: Revan, 2017. p. 9-46.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- NAVES, Rodrigo. *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 89-110, 2016.

NOBRE, Marcos. Depois da "formação". *piuí*, n. 74., 2012a. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/depois-da-formacao/>. Acesso em: 26 set. 2025.

NOBRE, Marcos. Da "formação" às "redes": Filosofia e cultura depois da modernização. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e modernidade*, São Paulo, n.19, p. 13-36, 2012b.

NOBRE, Marcos. O que significa "pensar o país"? Um debate a propósito de "Por que o Brasil cresce pouco?" de Marcos Mendes. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 100, p. 97-113, 2014.

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 28, n.3, p. 609-633, 2013.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, ed. 27, v. 2, p.163-175, 1990.

PALTI, Elias José. *Intellectual history and the problem of conceptual change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SANTIAGO, Silviano. A anatomia da formação. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, Caderno Ilustríssima, 7 set. 2014.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A imaginação política brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades: Editora 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TULLY, James. *Public philosophy in a new key*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

VIANNA, L. W. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WIMMER, Andreas; SCHILLER, Nina. Methodological nationalism and beyond: Nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, v. 2, n.4, p. 301-334, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Fósforo, 2022.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Sobre a certeza*. São Paulo: Fósforo, 2023.